

ATA DA 20ª REUNIÃO DO COLEGIADO DE FAZENDA – CONFAZ/AMMVI

Data: 19 de abril de 2018 – horário 9h às 12h.

Estiveram presentes na referida reunião os nomes conforme lista de presença anexa.

ORDEM DO DIA:

1. LEITURA E APROVAÇÃO DA ATA ANTERIOR

O presidente do Colegiado de Fazenda, o Sr. Genrado Riemer, deu início aos trabalhos dando boas vindas aos presentes, manifestando-se no sentido da aprovação da ata da reunião anterior. O Sr. Célio Francisco Simão lembrou a todos que a ata já estava no site do CONFAZ, à disposição. Após, o presidente questionou os presentes sobre eventuais dúvidas sobre o documento, que foi aprovada por todos em sua íntegra. A seguir o presidente passou a palavra para o Sr. Coordenador, Célio Francisco Simão para que o mesmo conduzisse a reunião, que seguiu a ordem do dia.

2. ELEIÇÃO DIRETORIA 2018/2019 E REPRESENTANTE NA FECAM.

O Sr. Genrado colocou seu nome à disposição, mas deixando claro que apoiará os eventuais interessados. Não havendo interessado, permanece na presidência o Sr. Genrado Riemer, secretário da Fazenda de Pomerode. O mesmo sucedeu com a Vice-presidência, que permanece com a Maria Angelica Faggiani (Pileka), secretária da Fazenda de Timbó, e como 1º. Secretário, Carlos Vinci, 2º. Secretário AMMVI e a Representante da região da AMMVI junto a FECAM a Sra. Pileka.

3. PROGRAMA SAÚDE FISCAL.

Foi discutido o Relatório do Ministério Público sobre a Saúde Fiscal dos municípios. O Sr. Célio entende que é preciso analisar bem as informações nos relatórios e explicou que foi utilizado a média per capita, a média de arrecadação, comparando com municípios mais próximos do mesmo tipo. Com isso eles verificam se o município está contribuindo para atingir a média e com esse comparativo estão avaliando como está o comportamento do município. O Sr. Célio faz algumas observações e que estão sendo analisadas. A forma que deve ser interpretada os dados é sempre a realidade do município. É óbvio que se comparar receita de ano para ano a mesma sempre vai aumentar, pois os anos anteriores não são atualizados, e que seria interessante atualizar por um

índice de inflação, o IPCA por exemplo. De qualquer forma, esta metodologia de certa forma tende a nortear as ações do município. Agora está aberto prazo para a manifestação da AMMVI, representando os municípios. Há consenso no sentido de que os municípios deveriam se antecipar e já começar um trabalho no sentido de aumentar a arrecadação, iniciando-se pela Planta de Valores, ou mesmo de fazer uma avaliação de gestão da diminuição das despesas.

4. ESTATÍSTICAS, PREVISÕES E COMENTÁRIOS SOBRE AS RECEITAS E DESPESAS.

As previsões continuam a não ser muito otimistas. Entretanto, com a queda dos juros bancários existe a tendência de valores investidos migrarem para o consumo. Por outro lado, havendo aumento dos juros haverá a inversão desta tendência de consumo. Comunicação, energia elétrica e combustíveis são as maiores fontes para o aumento do ICMS. Comentou o economista da AMMVI Celio F. Simão, que os incrementos no ICMS são reflexos das cobranças do Prefis -Programa de recuperação fiscal do Estado. E que não devem ser levados como possíveis e subsequentes patamares, ou seja, são valores temporários. Também o sr. Célio, economista da AMMVI, informou da possibilidade da utilização do Acordo de Cooperação com o Cartório de Protestos – IEPT sobre a cobrança das dívidas dos contribuintes. Atualmente Indaial e Ascurra utilizam esse sistema.

5. PLANEJAMENTO PARA 2018.

Célio irá passar as datas das reuniões do Colegiado. A proposta de reuniões itinerantes foi apresentada novamente para a discussão do grupo. As reuniões continuam a ser bimestrais. Quatro ordinárias e a qualquer momento reuniões extraordinárias. Planejamento será efetivado em outro momento.

6. ASSUNTOS GERAIS:

6.1. PROGRAMA COM NOTA FISCAL VAI LEGAL;

Assunto discutido na Câmara Técnica pois a preocupação é o resultado de quanto possa retornar em benefício da região. Assim sendo requer uma melhor avaliação.

6.2. NOTA FISCAL PREMIADA (MUNICÍPIO TROCA NF POR CUPONS);

Programa já implementado em Rodeio, conforme informado pelo sr. Célio, o que elevou naquele momento as receitas, tanto no ISS como no retorno do ICMS. A AMMVI possui as normas que podem ser utilizadas para implantação, ressalta que devemos analisar o período do programa para melhor resultado. Os municípios que quiserem fazer podem procurar orientação na AMMVI e definir

quando irão iniciar, pois o processo pode levar até 90 dias para pôr em prática, conclui.

6.3. CPF NA NOTA (TROCAR POR DESCONTO NO IMPOSTO);

Genrado fez contato com Jaraguá do Sul. O projeto de lei está tramitando na câmara e depois haverá a regulamentação por decreto. A verdade é que é irrisória a quantidade de notas fiscais emitidas para CPF. O interessante que este tipo de programa fosse permanente. Blumenau instituiu sistema em 2011. Em que o contribuinte utiliza parte do valor do incentivo no abatimento de outros impostos municipais. O controle é feito automaticamente via sistema.

6.4. ASSUNTOS PARA FECAM.

Dado o adiantar da hora e como não conseguimos fazer o Planejamento para 2018 do nosso CONFAZ/AMMVI deverá ficar para próxima reunião em que serão elencados assuntos que são importantes a compartilhar com a FECAM.

Para o encerramento dos trabalhos, o presidente do CONFAZ/AMMVI, Sr. Genrado Riemer, fez suas considerações finais e agradeceu a presença de todos, eu Carlos Alberto Peixer Vinci, 1º Secretário do CONFAZ/AMMVI, lavrei a presente ATA que vai assinada por mim e pelo presidente. Blumenau, aos 19 dias do mês de abril de 2018,

Genrado Riemer
Presidente do CONFAZ-M/AMMVI
*Secretário da Fazenda e Gestão
Administrativa de Pomerode*

Carlos Alberto Peixer Vinci
1º. Secretário do CONFAZ-M/AMMVI
*Secretário de Administração e Fazenda de
Apiúna*